



## LÍNGUAS INDÍGENAS, LÍNGUAS AMEAÇADAS

*Bruna Franchetto*

*No contexto sul-americano, o Brasil é o país com maior diversidade lingüística (o que significa também maior diversidade genética) coincidindo com a menor concentração demográfica por língua. Considera-se que existem hoje 180 línguas indígenas, concentradas em sua maior parte na região amazônica e faladas por uma população de quase 350.000 pessoas distribuídas em 206 grupos étnicos. O número de falantes por língua pode variar de um máximo de 20.000 aos dedos de uma mão, ou mesmo a um único e último falante.*

*É portanto a grande diversidade de línguas nativas o que torna sua perda irreversível, pois são todas minoritárias e dominadas. Como diversidade lingüística e diversidade cultural correm em paralelo, a agonia e morte de uma língua provocam sérios danos à saúde intelectual de seu povo, às suas tradições orais, suas formas artísticas, sua ontologia, sua perspectiva cosmológica e ecológica. Daí a necessidade de pesquisas e políticas participativas que garantam a documentação e o revigoramento dos idiomas nativos.*

*Ilustração de abertura:*

Grupo de índios da família Karib, do norte da Amazônia. Data e fotógrafo não identificados. ©Coleção Fotográfica/Arquivo Guilherme de La Penha/Museu Paraense Emílio Goeldi.

## Diversidade lingüística na América do Sul, no Brasil, na Amazônia

Ao nos referirmos a “línguas amazônicas”, ou línguas nativas (indígenas) faladas na região amazônica, deveríamos em primeira instância nos ater às línguas ainda existentes no vasto território que corresponde às terras baixas sul-americanas recortadas pelas fronteiras entre Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. No Brasil, a Amazônia legal inclui vários estados: Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Roraima, Pará. Contudo, não trataremos aqui das línguas indígenas presentes apenas na Amazônia, já que nos parece arbitrário excluir outros estados. Abordaremos, então, as línguas indígenas incluídas no território brasileiro.

A América do Sul é notável pela sua diversidade lingüística, só igualável à diversidade encontrada na Nova Guiné. Colette Grinevald<sup>1</sup> calcula um total de mais de quatrocentas línguas distribuídas em 118 famílias lingüísticas, número maior do que no restante das Américas, apresentando uma variedade genética surpreendente, além de um conjunto de línguas isoladas. Kaufman e Golla<sup>2</sup> observam a existência de 50 famílias lingüísticas e 50 línguas isoladas. É o que parece ter sobrevivido apesar do genocídio e da assimilação. Projetando um quadro verossímil da situação antes do contato com os europeus, Lizarralde<sup>3</sup> estima que havia, na época, aproximadamente 1.200 grupos indígenas, dos quais 65% teriam desaparecido após a conquista. Segundo Kaufman e Golla<sup>4</sup>, as cerca de 300 línguas atuais são o que restou das prováveis 550 na América do Sul antes de Colombo.

No contexto sul-americano, o Brasil continua sendo o país onde se encontra a maior densidade lingüística – ou, em outras palavras, a maior diversidade genética –, mas também onde se encontra a menor concentração demográfica por língua.

O lingüista brasileiro Aryon Rodrigues<sup>5</sup> avalia que 1.273 línguas eram faladas na área que abrange as terras baixas da América do Sul às vésperas da Conquista. Quinhentos anos depois, cerca de 85% dessas línguas se perderam. É possível vislumbrar esse rico passado contemplando o mapa etno-histórico feito por Curt Nimuendaju<sup>6</sup>, na década de 1940, com o objetivo de fornecer um panorama dos povos indígenas no Brasil, e que se baseou largamente em fontes históricas e documentais deixadas pelos colonizadores. Vê-se um território quase que totalmente coberto por

<sup>1</sup> GRINEVALD, Colette. Language endangerment in South America: a programmatic approach. In: GRENOBLE, L. A. & WHALEY, L. J. (Eds.). *Endangered Languages. Language loss and community response*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 124-160.

<sup>2</sup> KAUFMAN, Terrence & GOLLA, Victor. Language Groupings in the New World: their Reliability and Usability in Cross-Disciplinary Studies. In: RENFREW, Colin. (Ed.). *America Past, America Present: Genes and Languages in the Americas and Beyond*. p. 47-58. Cambridge: The McDonald Institute for Archeological Research, 2001. p. 48.

<sup>3</sup> LIZARRALDE, Manuel. Biodiversity and Loss of Indigenous Languages and Knowledge in South America. In: MAFFI, Luisa (Ed.). *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. p. 265-281. Washington: Smithsonian Institution Press, 2001. p. 266.

<sup>4</sup> KAUFMAN, Terrence & GOLLA, Victor. *Op. cit.*

<sup>5</sup> RODRIGUES, Aryon D. Línguas Indígenas – 500 anos de descobertas e perdas. *Ciência Hoje*, 16(95), 1993. RODRIGUES, Aryon D. The Present State of the Study of Brazilian Indian Languages. In: KLEIN, H. & STARK, L. (Eds.). *South American Indian Languages. Retrospect and Prospect*. Austin: Texas University Press, 1985. p. 405-439.

<sup>6</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

áreas e pontos coloridos, representando troncos, famílias, grupos lingüísticos e línguas isoladas de um sem número de povos. Espaços em branco, principalmente ao longo do litoral atlântico e do baixo curso dos grandes rios, indicam áreas já despovoadas desde os primeiros tempos da colonização.

No que concerne ao Brasil, os dados hoje disponíveis e aqui apresentados, para desenhar um panorama atual da diversidade lingüística nativa, não são absolutamente confiáveis, nem quantitativa nem qualitativamente. Não dispomos, até agora, infelizmente, de nenhum censo sociolingüístico. Ainda assim, as informações que podemos utilizar nos oferecem um quadro bastante significativo.

Considera-se que existem, atualmente, cerca de 180 línguas indígenas, a grande maioria concentrando-se na região amazônica e faladas por uma população de quase 350.000 pessoas, distribuídas em 206 grupos étnicos. Tais línguas estão divididas em 41 famílias, 2 troncos lingüísticos e 10 línguas isoladas.<sup>7</sup> O número de falantes pode variar de um máximo de 20 mil (como Guarani, Tikuna, Terena, Macuxi e Kaingang) aos dedos de uma mão, ou mesmo a um único e último falante. Todavia, a média é de menos de 200 falantes por língua.

O número de 180 línguas poderá ser bastante modificado, dependendo de uma série de fatores. Em primeiro lugar, poderá ser reduzido se não considerarmos a existência de variantes dialetais, muitas vezes listadas como sendo línguas separadas. Em segundo lugar, há grande confusão entre etnônimos (nomes das etnias), nomes de aldeias e línguas. Por outro lado, o número total de línguas pode sempre aumentar na medida em que se avolumam as descrições de línguas ainda desconhecidas ou apenas parcialmente documentadas e na medida em que grupos isolados estabelecem permanente contato com as frentes da sociedade envolvente.

Por exemplo, a partir dos anos 1980, pesquisadores ligados hoje ao Projeto “Tupi Comparativo”, do Museu Paraense Emílio Goeldi, vêm encontrando sobreviventes no Estado de Rondônia: os últimos falantes do Puruborá, de Ayuru e de Kujubim, entre outros. Em 1987, a língua Zo’é foi acrescida à família lingüística Tupi-Guarani. Em 1995, um grupo isolado foi identificado como falante da língua Canoê, até então desconhecida. Grenand & Grenand<sup>8</sup> listam cinquenta e dois grupos amazônicos ainda não contatados, cujas línguas podem revelar novos agrupamentos genéticos ou novos acréscimos a troncos e famílias já estabelecidos. Além disso, essas classificações passam por constantes

<sup>7</sup> RODRIGUES, Aryon D. Línguas Indígenas – 500 anos de descobertas e perdas. *Op. cit.*

<sup>8</sup> GRENAND, Pierre & GRENAND, Françoise. *Amérique Equatoriale: Grande Amazonie. In: BAHUCHET, S. (Ed.). Situation des populations indigènes des forêts denses et humides.* Luxembourg: Office des publications officielles des communautés européennes, 1993. p. 89-176.

modificações em virtude da expansão de descrições resultantes de reanálises de material lingüístico já existente e previamente descrito, e em razão, também, de novos trabalhos comparativos que vêm permitindo reexaminar algumas hipóteses sobre pré-história e história indígena. Números e classificações podem ainda sofrer alteração, na medida em que as diferenças entre línguas e dialetos vão-se tornando mais claras – tarefa nada fácil, aliás, tendo em vista as dificuldades de se estabelecer fronteiras precisas. Ao lado de nossa atual ignorância lingüística, diferenciar línguas e dialetos é muitas vezes uma questão que envolve fatores políticos e ideológicos, internos e externos aos povos indígenas.

### **Línguas em perigo**

Como diz Denny Moore<sup>9</sup>, não é de surpreender que a maioria dessas línguas esteja em sério perigo de desaparecimento no tempo de uma ou duas gerações, dado o diminuto tamanho dos povos indígenas atuais, sobretudo na Amazônia, e dada a intervenção de forças históricas e sociais que determinam o crescente enfraquecimento de seu uso. Mencionamos tão somente as forças de mudança mais evidentes. O aniquilamento de contextos tradicionais de uso da língua nativa acompanha o abandono de rituais, de festas, das ocasiões de conversa nos espaços públicos da aldeia; o Português entra nas casas e se torna o idioma usado na comunicação íntima entre pais e filhos, entre irmãos, entre avós e netos. A entrada da mídia em língua nacional é um fator decisivo, assim como a escolarização ainda mediada quase que exclusivamente pelo Português. A dominância de certas línguas regionais pode fadar à extinção línguas regionalmente minoritárias, como é o caso do processo de “tukanização” do sistema multilingüe do Rio Negro; a língua tukana está se tornando dominante graças a décadas de intervenção missionária através de escolas e internatos e dos planos de standardização do Tukano escrito. A saída de muitos índios de suas aldeias em busca de trabalho e educação escolar solapa definitivamente a transmissão da língua e de toda uma cultura a ela associada.

Luciana Storto<sup>10</sup> relata a situação grave e ao mesmo tempo emblemática do estado de Rondônia, onde 65% das línguas nativas correm sério risco de desaparecimento, uma vez que as crianças não mais as utilizam e restam poucos falantes. Portanto, apenas 35% delas podem ser consideradas, por enquanto, a salvo. Recentemente o lingüista holandês Hein van der Voort<sup>11</sup> nos mostrou um quadro atualizado da situação das línguas nesse Estado, caracterizado ainda

<sup>9</sup> MOORE, Denny. Endangered languages of lowland tropical South America. In: BREZINGER, Matthias. (Ed.). *Language Diversity Endangered*. The Hague: Mouton, no prelo.

<sup>10</sup> STORTO, Luciana. A Report on language endangerment in Brazil. In: BOBALJIK, J. D.; PENSALFINI, R. & STORTO, L. (Eds.). *Papers on Language Endangerment and the Maintenance of Linguistic Diversity*. The MIT Working Papers in Linguistics, v. 28, 1996. p. 85-98.

<sup>11</sup> Informações retiradas da palestra sobre a situação de multilingüismo no Vale do rio Guaporé (Rondônia) proferida pelo Dr. Hein van der Voort em 2 de agosto de 2004 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

por uma impressionante diversidade. Das 30 línguas que sabemos hoje sobreviver ali, apenas 10 são faladas por povos de 200 ou mais pessoas, sendo que somente uma etnia, a dos Wari (Pakaanova), conta com uma população relativamente expressiva de 1.300 pessoas. Outras 13 línguas são faladas por menos de 50 indivíduos, além dos casos dramáticos dos últimos 2 falantes de Puruborá (tronco Tupi), dos 7 falantes de Akuntsun (família Tupi-Tupari), dos 2 falantes de Arikapu (família Tupi-Jaboti), dos 25 falantes de Kwazá e dos 5 falantes de Kanoê, línguas isoladas. Da família linguística Txapakura sobram 5 Orowin, 1 Miguelinho, 3 Kuyubi. Na maioria dos casos, os últimos falantes de uma mesma língua vivem separados um do outro e só restam lembranças mudas em suas memórias. Hein van der Voort calcula que das línguas de Rondônia, somente 3 são objeto de uma boa descrição publicada, 9 são tema de manuscritos conclusivos substanciais, enquanto 11 estão sendo estudadas e 7 continuam no limbo do desconhecimento. Como se vê, muito resta a fazer no que concerne à documentação dessas línguas, apesar dos esforços concentrados e recentes dos pesquisadores do projeto “Tupi Comparativo” do Museu Goeldi.

Muitos pesquisadores que se dedicam ao estudo das línguas indígenas têm testemunhado um processo mais ou menos agudo de perda. No Alto Xingu, por exemplo, onde nos últimos três ou quatro séculos se configurou um sistema intertribal no qual se falam línguas geneticamente afastadas, algumas estão à beira da extinção. Existem apenas 30 falantes do Trumai (uma língua isolada), enquanto que o Yawalapiti, da família Arawak, sobrevive com menos de dez falantes no interior de uma aldeia multilíngüe, dominada por outras línguas alto-xinguanas e pela língua portuguesa.<sup>12</sup> Outras línguas do Alto Xingu, como o Kuikuro, cuja vitalidade continua evidente, começam a dar sinais de terem ingressado em uma fase de instabilidade. A escola é considerada o espaço/tempo onde se deve aprender o idioma dos “brancos”; os mais jovens, fascinados com tudo o que vem do universo urbano, procuram cada vez mais expressar-se em Português, ao mesmo tempo em que se distanciam das tradições orais. A televisão vem tomando o lugar da transmissão oral que se fazia por meio de narrativas cotidianas, no interior das casas, ao cair da noite, ou na “casa dos homens”, centro político e ritual da aldeia.

Em trabalho recente, Moore<sup>13</sup> faz um ótimo balanço da situação das línguas indígenas faladas no Brasil. No entanto, sua contribuição contém pequenas falhas que poderão ser corrigidas numa próxima versão. Podemos observar,

<sup>12</sup> FRANCHETTO, Bruna. Línguas Indígenas no Brasil: Pesquisa e Formação de Pesquisadores. In: GRUPIONI, L. D. B.; VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (Eds.). *Povos Indígenas e Tolerância*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 133-156.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas e História no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (Eds.). *Os Povos do Alto Xingu. História e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. p. 111-156.

FRANÇA, Jaqueline Medeiros de. Yawalapiti (Aruak): uma língua ameaçada de extinção. *Anais da XXII Jornada de Iniciação Científica/ Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 2000.

<sup>13</sup> MOORE, Denny. *Op. cit.*

<sup>14</sup> WURM, Stephen A. *Atlas of the World's Languages in Danger of Disappearing*. Paris: UNESCO Publishing, 2001.

também, erros nas informações e estatísticas apresentadas no *Atlas das Línguas Indígenas em Risco de Desaparecimento*, publicado pela UNESCO.<sup>14</sup> Ao menos 50 das 164 línguas indígenas brasileiras listadas por Moore podem ser consideradas “em vias de extinção” sem documentação ou com documentação inadequada. Metade das 39 utilizadas por mais de mil indivíduos também está seriamente ameaçada. São 109 as línguas faladas por populações com menos de 500 indivíduos, e muitas delas vêm sofrendo crescente perda cultural e lingüística. Está clara uma necessidade primordial: empreender nova coleta de informações, muito mais cuidadosa, sobre o risco de perda lingüística no Brasil. Essa tarefa precisa ser realizada por pesquisadores brasileiros em colaboração com pesquisadores estrangeiros que trabalham junto a comunidades indígenas.

Dados obtidos por meio de questionário distribuído em julho de 2002 aos alunos da primeira universidade indígena brasileira revelam um quadro indicativo da situação. O 3º Grau Indígena da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) teve início em 2000, com 200 alunos oriundos de 37 grupos étnicos, falantes de 30 línguas diferentes. As informações coletadas graças às respostas ao questionário referem-se a todos os nove “fatores de vitalidade lingüística” listados no documento proposto e discutido na UNESCO em março de 2003 e intitulado *Vitalidade e Risco de Perda Lingüística*. São os seguintes os “fatores de vitalidade lingüística” citados: 1) transmissão intergeracional; 2) número absoluto de falantes; 3) proporção de falantes no total da população; 4) perda dos domínios tradicionais de uso; 5) resposta a novos domínios de uso; 6) línguas constantes do material para alfabetização e educação escolar; 7) políticas governamentais e institucionais no tocante à língua; 8) atitude dos membros da comunidade em relação a sua própria língua; 9) quantidade e qualidade dos estudos sobre as línguas nativas.<sup>15</sup>

Nenhum dos 200 alunos – a maioria professores em escolas indígenas – é monolíngüe (em sua própria língua materna), por razões óbvias. Na turma, 8 deles fazem parte de grupos étnicos cujas línguas nativas já estão extintas, tais como Pataxó, Tuxa, Uaçú-Cocal, Tapeba, Potiguara e Tupiniquim – descendentes de povos que habitavam a costa atlântica na época da Conquista, e que sofreram os primeiros e devastadores impactos da colonização européia; 18 não são mais falantes de suas línguas maternas; o único indivíduo trumai<sup>16</sup> da turma é um jovem que agora está aprendendo a falar a língua de sua mãe; 44 são bilíngües (falam

<sup>15</sup> UNESCO. Intangible Cultural heritage Unit's Ad Hoc Expert Group on Endangered Language. *Language Vitality and Endangerment*. Paris, 2003. ms.

<sup>16</sup> O Trumai é uma língua isolada, seriamente ameaçada de extinção: atualmente existem apenas trinta falantes e as crianças deixaram de aprendê-la, preferindo o Português, embora algumas falem também outras línguas xinguanas, por exemplo, Kamayurá, Aweti ou Suyá. MONOD-BECQUELIN, Aurore & GUIARDELLO, Raquel. Histórias Trumai. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (Eds.). *Os Povos do Alto Xingu. História e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, p. 401-443. GUIARDELLO, Raquel. Trumai. *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental (web site), 2002.

o idioma nativo e o Português), mas fazem uso da língua nacional em seu ambiente doméstico; outros 74 utilizam tanto uma quanto a outra língua no contexto doméstico; há também 49 alunos que podemos considerar bilíngües incipientes: utilizam a língua nativa no contexto doméstico e no domínio público interno, mas falam o Português nos domínios públicos externos, além de começarem a utilizar esse idioma em situações de comunicação intertribal e de lançarem mão do vocabulário português para designar novos objetos e eventos na conversação cotidiana.

Em suma, no primeiro curso universitário indígena, temos representantes de 6 línguas já *extintas*, 8 línguas *em vias de extinção*, e 9 línguas *gravemente ameaçadas de extinção*, pois apresentam a ruptura geracional típica: a geração dos avós e pais é falante de sua língua nativa, enquanto filhos e netos falam apenas o Português, língua que cada vez mais se torna dominante no contexto doméstico. Há também 13 línguas consideradas *ameaçadas*. Alguns dos estudantes entrevistados, pertencentes a grupos étnicos cujas línguas são consideradas “vivas”, argumentaram que os professores, como muita gente de suas comunidades, “têm vergonha de falar sua língua”; que “a maioria das pessoas não falam mais a língua”; e que “em casa as línguas estão morrendo”. Por outro lado, povos como os Pataxós, Tuxas, Uaçú-Cocais, Tapebas, Potiguaras e Tupiniquins, cujos idiomas originais não mais existem, vêm tentando dramaticamente, e por conta própria, descobrir modos de recuperar uma língua ancestral – virtual, simbólica ou real. Os Tapebas e Potiguaras encontraram um tipo de “aventureiro lingüístico”, que os convenceu a aprender o Tupinambá – língua da família Tupi-Guarani que deixou de existir no século XVIII após a violenta aniquilação de seus falantes durante o período colonial – tomando por base as gramáticas e catecismos produzidos pelos jesuítas nos primórdios da colonização. Alguns índios Pataxós sonham em reconstruir sua língua a partir dos fragmentos lexicais encontrados em arquivos de documentos históricos. Outros Pataxós voltaram-se na direção dos vizinhos Maxakalis como possível fonte para recriar seu antigo idioma. Espontâneas ou induzidas, essas experiências isoladas refletem a busca de uma característica distintiva fundamental para recuperar ou manter viva uma “identidade indígena” no Brasil, no quadro das reivindicações por direitos territoriais, sociais e políticos. De maneira geral, o Brasil não tem nenhum projeto consistente e sistemático para a revitalização lingüística desses povos, tampouco realiza qualquer investigação para acompanhar esse tipo de experiências.

Voltando aos resultados da pesquisa com os estudantes da universidade indígena, e abordando brevemente a situação dos idiomas indígenas nas escolas, temos a seguinte situação: o Português é utilizado por quase todos os professores, mesmo quando os alunos não falam essa língua; somente 20, dos 114 professores, lecionam na língua materna de seus alunos. Alguns disseram lecionar ao mesmo tempo em Português e em línguas nativas, mesmo quando os alunos da escola falam unicamente essas últimas, o que resulta em uma situação surreal, mas típica, na qual o professor – que ainda não domina plenamente o Português – tenta ensinar alunos que não falam Português a ler nessa língua.

Vale a pena destacar algumas frases retiradas das respostas ao questionário mencionado, já que mostram a variedade de situações, práticas e atitudes nas escolas indígenas, mesmo depois de oficializada, e supostamente difundida, a chamada “educação bilíngüe”, “diferenciada” ou “específica”:

- “A escola é a única instituição capaz de recuperar nossa língua, que está em vias de desaparecer”;
- “os alunos aprendem a ler e escrever na nossa língua, mas não a falam em casa”;
- “a comunidade decidiu que a alfabetização tem que ser apenas em Português, porque a escola é o lugar de aprender o conhecimento dos brancos e não aquilo que nós já sabemos”;
- “a escola ajuda a preservar a língua, quando a política do povo é preservá-la, caso contrário ela pode acabar com a língua mais rapidamente do que a gente imagina”;
- “quando aprendemos a escrever na nossa própria língua, as crianças começam a valorizá-la mais”;
- “a escola não tem nada a ver com o problema, a culpa é do professor, que não tem formação adequada, não fala a língua e não sabe como usá-la na escola”;
- “as coisas mudaram desde que a escola diferenciada começou”.

Estou convencida de que o conceito de “língua ameaçada” gera equívocos. Portanto, ao invés de enfatizar a necessidade óbvia de “documentação lingüística salvacionista” – que focaliza o último testemunho do último falante – pretendo, ao contrário, sustentar que *não há* línguas indígenas a salvo no Brasil. São todas línguas minoritárias e dominadas, faladas, em sua maioria, por populações pequenas. Volto ao caso Kuikuro, língua ainda viva e intacta, mas que



apresenta os sintomas de crise, que será, muito provavelmente, irrefreável. Tomando por base, mais uma vez, o documento da UNESCO (*Vitalidade e Risco de Perda Lingüística*), podemos perceber a mudança de um estágio denominado “seguro”, para um estágio dito “inseguro-instável”; de um estado de “uso universal da língua”, para um estado de “ambiente multilíngüe” – situação em que a língua indígena (Kuikuro) vem sendo utilizada em novos domínios, como na educação escolar, *juntamente* com o idioma nacional (dominante), e tornando-se “inativa” (e obliterada) em outros novos domínios, como a mídia. Estamos em um momento em que a maioria dos membros da comunidade é favorável e apóia a manutenção da língua. Porém, os mais jovens vêm considerando, de maneira acentuada, que a língua dominante (Português) é crucial em termos de suas expectativas de futuro: eles pretendem tornar-se advogados, médicos e engenheiros, ao invés de chefes, xamãs, narradores ou cantores. Portanto, este é o momento ideal para empreender uma documentação lingüística e cultural – trabalho que consiste também em alguma forma de intervenção em favor da *preservação* lingüística e cultural.

### Como sabemos o que sabemos sobre as línguas indígenas

É a grande diversidade de línguas o que torna a perda irreversível. O registro da diversidade lingüística é imprescindível para que se possa responder a questões cruciais sobre a natureza da linguagem humana<sup>17</sup>, mas ele abrange também a documentação da diversidade cultural, incluindo as variantes e invariantes culturais, bem como o conhecimento ecológico. Para o lingüista, a perda significa a impossibilidade de reconstruir a pré-história lingüística de um povo, e de determinar a natureza, o alcance e os limites das possibilidades de linguagem humanas, seja em termos de estrutura, seja em termos de comportamento comunicativo, expressão e criatividade poética. As conseqüências da perda lingüística, não há dúvida, são mais sérias e complexas para as populações indígenas, em sua condição de minorias sitiadas. Mesmo sabendo que a relação entre identidade lingüística e identidade política, étnica e cultural é complexa – elas não são redutíveis a um único e mesmo fenômeno, como os povos indígenas do nordeste brasileiro bem o demonstraram – não resta dúvida de que a agonia e a morte de uma língua resultam em sérios danos à saúde intelectual de seu povo, a suas tradições orais, suas formas artísticas (poesia, música, oratória), seu conhecimento, sua ontologia

<sup>17</sup> HALE, Ken. On endangered languages and the importance of linguistic diversity. In: GRENOBLE, L. A. & WHALEY, L. J. (Eds.). *Endangered Languages. Op. cit.*, p. 192-216.

e perspectiva cosmológica. A diversidade lingüística e a diversidade cultural correm em paralelo e, nesse sentido, a perda lingüística implica uma catástrofe, tanto do ponto de vista local, quanto para a humanidade como um todo.

Resultados da pesquisa que realizei em 1995<sup>18</sup> revelavam a existência de cerca de 120 pesquisadores (80% em atividade, além de inúmeros pesquisadores missionários que mantêm vínculos acadêmicos com instituições brasileiras) e um aumento da participação de estudantes de graduação e pós-graduação. O número de pesquisadores estrangeiros representava cerca de 10% do total. Entre 1991 e 1995 houve um crescimento estimado em torno de 40% no que diz respeito ao número de línguas estudadas. Nessa época, observou-se que para pouco mais de 30, das cerca de 180 línguas, havia documentação ou descrição satisfatória (algo como uma gramática de referência, acompanhada de textos e, quiçá, um léxico). Para 114 línguas, havia algum tipo de descrição de aspectos fonológicos e/ou sintáticos. O resto permanecia praticamente desconhecido.

Certamente, a classificação de línguas como sendo: a) não documentadas; b) pouco ou com alguma documentação; e c) bem documentadas, é um tanto simplista. Nos levantamentos sobre a produção de conhecimentos na área da chamada “lingüística indígena”, a qualidade relativa ou absoluta dos trabalhos ou análises geralmente não é levada em conta; considera-se tão somente sua existência. A questão da qualidade da documentação e descrição lingüística apenas recentemente começa a ser levada a sério. E isso, graças ao acúmulo de novos materiais e conhecimentos; maior atenção às teorias subjacentes aos modelos descritivos; crescimento do número de pesquisadores envolvidos; circulação mais ampla e publicação de pesquisas; e, finalmente, o desenvolvimento de metodologias e tecnologias para armazenagem e processamento de dados.

Segundo uma avaliação recente, mas ainda incompleta<sup>19</sup>, boas descrições existem para apenas 19% das línguas indígenas brasileiras; descrições fragmentárias para 64%; e absolutamente nada para 13% delas. Ainda assim, o Brasil é um dos países mais desenvolvidos em termos de lingüística científica. Como disse Denny Moore, a investigação científica entre nós desenvolveu-se em ritmo acelerado nos últimos quinze anos. O apoio dado pela Fundação Volkswagen, através do Programa DoBeS (Documentação de Línguas em Perigo) e do Instituto Max Planck de Psicolingüística, para financiar quatro grandes projetos de pesquisa no Brasil, vem tendo um impacto excepcional na qualidade da documentação em curso.

<sup>18</sup> FRANCHETTO, Bruna. O conhecimento científico das línguas indígenas da Amazônia no Brasil. In: QUEIXALÓS, F. & RENAULT-LESCURE, O. (Eds.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 165-182.  
FRANCHETTO, Bruna. O que se sabe sobre línguas indígenas no Brasil. In: RICARDO, C. A. (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 84-88.

<sup>19</sup> FRANCHETTO, Bruna. *Línguas Indígenas no Brasil: Pesquisa e Formação de Pesquisadores*. *Op. cit.*

Um número crescente de povos indígenas no Brasil vêm demandando controle sobre os termos e as condições que regulam a investigação. Na maioria dos casos, os projetos de pesquisa em lingüística são conduzidos, hoje, segundo os princípios e práticas recomendadas pela UNESCO. Já temos experiência acumulada na realização de projetos com esse espírito. Não é por acaso, portanto, que tenham sido os projetos brasileiros a colocar em pauta os temas relativos às questões éticas e jurídicas da documentação lingüística, discutidos no âmbito do Programa DoBeS.

Desde 1980, pelo menos, os povos indígenas e seus colaboradores têm-se engajado ativamente em projetos ligados a direitos humanos, saúde e defesa dos territórios tradicionais. Nesse processo, foram constituídas diversas associações e federações indígenas, e entre elas, algumas associações de professores indígenas.

No Brasil, estamos todos empenhados em aplicar os avanços teóricos, descritivos e metodológicos nas situações em que as línguas indígenas estejam ameaçadas. Não há praticamente nenhum lingüista no Brasil, trabalhando com línguas indígenas, que seja capaz de fazer lingüística puramente teórica ou descritiva. Esta é nossa realidade; e ela dá o grau de profundidade do nosso envolvimento. Trabalhamos em campo, em comunicação constante com os povos que estudamos. Consultores indígenas de pesquisa e amigos, chefes e xamãs, todos estão sempre nos visitando (e nos recebendo) em casa.

Mas se temos recursos humanos, pesquisadores e estudantes motivados, falta-nos ainda a infra-estrutura básica, laboratórios, equipamentos e, *last but not least*, recursos financeiros necessários para a pesquisa de campo – atividade muito dispendiosa, mesmo para os padrões brasileiros. Não obstante, é preciso dizer, nosso trabalho já atingiu um nível de qualidade muito mais alto do que podem supor os leitores do livro recente de Dixon & Aikhenvald<sup>20</sup>. Na introdução de *Amazonian Languages*, os autores ofendem e achincalham a “academia brasileira” com uma violência sem precedentes, considerando sua produção “pobre” e de “baixo nível científico”. Em compensação, a produção dos missionários, particularmente aqueles ligados ao Summer Institute of Linguistics (SIL), seria supostamente copiosa e de alto nível.

### Lingüística indígena e missionários

A devoção evangélica foi e continua sendo a base do interesse lingüístico de muitas missões, capitaneadas pelo SIL – rebatizado atualmente no Brasil como Sociedade Internacional de Lingüística. As missões e seus lingüistas,

<sup>20</sup> DIXON, Robert M. W. & AIKHENVALD, Alexandra Y. Introduction. In: DIXON, R. M. W. & AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999 (Cambridge Language Surveys).

portadores da trágica divisa “aniquilar culturas, salvar línguas”, após terem realizado estudos prolongados, entregam-se à tarefa de despojar de qualquer sentido as palavras e frases da língua indígena, para que elas possam funcionar como recipientes prontos a receber outros conteúdos, notadamente bíblicos e cristãos; uma nova semântica para povos subjugados e tornados passivos pelo rolo compressor da “civilização”.

O SIL teve um papel importante na implementação da pesquisa em “lingüística indígena” no país, entre o final dos anos 1950 e o final dos anos 1970. Além disso, até um período bem recente, ocupou uma posição preponderante no cenário da lingüística internacional (tendo recursos próprios para publicações em Inglês). No entanto, a lingüística laica paulatinamente libertou-se dessa influência missionária, ainda que a duras penas, procurando tanto desenvolver seus modelos descritivos e explicativos, quanto aplicar seus conhecimentos em prol de projetos políticos comprometidos com a sobrevivência digna dos idiomas indígenas.

Depois da hegemonia do estruturalismo distribucional importado dos Estados Unidos pelo SIL, começa a ser perceptível, nos anos 1990, um desenvolvimento gradual e progressivo na área, momento em que ocorre uma diversificação interessante das abordagens teóricas. Agora, diferentes paradigmas coexistem (e competem) num saudável pluralismo científico, ao mesmo tempo em que há uma discussão mais madura entre pesquisa descritiva e teórica, com o objetivo de inserir os dados oriundos das línguas indígenas nos debates e disputas da teoria lingüística atual. Há também um retorno à investigação comparativa e histórica. Além das pesquisas já mencionadas em curso no Museu Paraense Emílio Goeldi, existe o projeto sobre línguas da família Pano, desenvolvido pelo Setor de Lingüística do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e o projeto de documentação das línguas do Alto Xingu e do Enawenê-Nawê, ambos realizados pelo Museu Nacional da UFRJ e pela Universidade de Campinas, promovendo conhecimentos valiosos sobre a pré-história da Amazônia Meridional. Existem ainda projetos multidisciplinares em curso, contando com a participação de etnólogos, arqueólogos e lingüistas (Alto Xingu).

Segundo relatório mais recente<sup>21</sup>, o número de línguas estudadas por não-missionários subiu para cerca de 80, em 1998. Percebeu-se também um ligeiro declínio das atividades do SIL: 30 línguas sendo pesquisadas, e 8 projetos dados por concluídos. É interessante observar, além disso, um aumento no número de línguas já investigadas pelos

<sup>21</sup> SEKI, Lucy. A lingüística indígena no Brasil. *Delta*, 15: 257-290, 2000 (edição especial).

missionários mas posteriormente reexaminadas por lingüistas brasileiros. Graças ao levantamento feito por Seki sobre teses, dissertações e textos não publicados, podemos assegurar, ao menos do ponto de vista quantitativo, que houve um aumento significativo na produção dos pesquisadores brasileiros. Um conjunto de gramáticas de referência, cuidadosamente detalhadas, logo estará disponível ao público mais amplo.

Todavia, do ponto de vista institucional, o quadro apresenta poucas melhorias, infelizmente. Ainda de acordo com Seki, sabe-se que até o final dos anos 1990, dos 66 programas de pós-graduação em Literatura e Lingüística existentes no país, somente 12 contemplavam a pesquisa com línguas indígenas. Podemos acrescentar que, pela primeira vez, informações confiáveis estão vindo a público em *web sites* oficiais e não-oficiais, juntamente com publicações científicas e governamentais.

Para resumir, eu diria que muita coisa vem sendo feita no Brasil fora da “bolha missionária”, principalmente se pensarmos na situação de verdadeira carência de trabalhos cerca de vinte anos atrás. Sem dúvida, ainda há muito por fazer. Existem diversas descrições parcialmente completas e uma sensível falta de gramáticas de referência. Em determinadas áreas – como gêneros discursivos, artes verbais, coleção de tradições orais, produção de dicionários – os vazios são enormes. O mesmo vale para os estudos sociolingüísticos, indispensáveis ao entendimento de diversas e complexas situações de bilingüismo, multilingüismo ou perda lingüística.

No campo dos idiomas indígenas, o lingüista é uma figura com múltipla identidade: ao mesmo tempo pesquisador e assessor de programas educacionais; fonólogo e “fazedor de escrita” para línguas de tradição oral; professor e editor de material didático na língua indígena. Além disso, sofre as demandas das organizações não-governamentais, do Estado e dos índios. O envolvimento em projetos de educação (escolar) não implica simplesmente a aplicação de conhecimentos científicos, mas deve estar fundado, nos dias atuais, na capacidade de rever criticamente o modelo dominante da “educação bilíngüe” que é, em muitos casos ainda, e a despeito de suas muitas versões, dependente da matriz missionária e sua ideologia civilizadora e integracionista.

Por outro lado, alguns grupos indígenas já percebem o perigo que ronda suas línguas, e mostram-se interessados, conseqüentemente, em revitalizá-las. Nessas situações, são os próprios índios que buscam a interação com lingüistas que queiram dedicar-se ao estudo e à documentação do seu idioma. Para este tipo de tarefa em particular – documentar

<sup>22</sup> GRINEVALD, Colette. *Op. cit.*

uma língua em projeto conjunto com os índios, e desenvolver um trabalho que vise a preservação e salvaguarda lingüística – faltam-nos ainda ferramentas conceituais e estratégicas. Como afirma Grinevald<sup>22</sup>, esse lingüista de campo é como uma orquestra de um músico só: ele deve ser competente em todos os campos da lingüística descritiva; deve ter familiaridade com as principais teorias que possam guiar suas interpretações e explicações; deve conhecer um tanto de lingüística aplicada para poder participar de projetos de alfabetização ou revitalização de línguas indígenas, sem cair na armadilha de que todos os problemas serão resolvidos através da escola; deve ser capaz de empreender a pesquisa lingüística junto *com* os índios; ser perceptivo e profissional; e, finalmente, deve estar atento ao fato de que fazer lingüística em uma aldeia não significa apenas passar uma temporada de algumas semanas. Os índios, certamente, darão boas-vindas a todos os esforços e iniciativas que concorram para o surgimento desse novo tipo de pesquisador: o lingüista “indígena” sairia definitivamente do amadorismo e da posição subalterna em que se encontra; a sociedade, em geral, aprenderia bem mais sobre um tema que diz respeito diretamente à manutenção e salvaguarda de uma parte de sua rica herança, e que ainda permanece desconhecida ou encoberta pelos estereótipos.

### **Línguas indígenas e educação**

Dos anos 1990 em diante, o governo brasileiro adotou a “educação escolar indígena bilíngüe, intercultural, diferenciada e específica” como programa e filosofia educacional oficial, formulando, para tal finalidade, uma legislação razoavelmente avançada. Não resta dúvida de que essa foi uma conquista importante. Houve um avanço considerável no que diz respeito às ortografias das línguas indígenas e aos programas de educação bilíngüe, cujos professores e consultores indígenas têm tido papel muito ativo na produção de material didático e paradidático destinado ao ensino das línguas indígenas nas escolas das aldeias, e ao ensino de outras disciplinas pela utilização das línguas indígenas, bem como na adaptação de currículos e calendários escolares às características culturais específicas de cada grupo étnico. Hoje, podemos ver a grande diversidade e flexibilidade de experiências escolares indígenas. Desde 1993, o Ministério da Educação (MEC) vem atuando em nível nacional como coordenador da educação indígena. No ano 2000, o Comitê de Educação Escolar Indígena – órgão de assessoramento do MEC formado por representantes de organizações

governamentais e não-governamentais, instituições científicas, universidades e associações indígenas – foi substituído por um Conselho permanente, composto em sua exclusividade por representantes do movimento indígena, por exemplo, associações de professores existentes em várias regiões do país. No entanto, subsiste ainda uma contradição entre o discurso oficial (muitas vezes apenas retórico) e as práticas locais que, em larga medida, continuam a ser discriminatórias e deixadas nas mãos de pessoal não qualificado.

Tomando por base os capítulos do documento da UNESCO (*Vitalidade e Risco de Perda Lingüística*) dedicados às “políticas e atitudes em relação às línguas”, podemos afirmar que, no nível governamental, o Brasil encontra-se no estágio de “apoio diferenciado” (*differentiated support*). Se, de um lado, as línguas não dominantes são formalmente protegidas pelo governo, de outro, “há claras diferenças nos contextos de uso da língua oficial ou dominante e das línguas não dominantes (protegidas)”. Os grupos indígenas são incentivados a preservar e utilizar suas línguas nativas em seus domínios privados ou em ocasiões cerimoniais, mas esse estímulo não é tão explícito quando se trata de utilizar as línguas nas escolas, e há uma forte oposição ao seu uso na mídia. Na grande maioria das situações locais – justamente as mais próximas das áreas indígenas –, ainda prevalecem atitudes visando a assimilação, passiva ou ativa. No que toca à presença das línguas indígenas na mídia, estamos quase completamente no estágio da assimilação forçada, uma vez que somente o idioma nacional, ou outras línguas dominantes, são admitidas enquanto veículo de informação e entretenimento.

### Línguas indígenas e política lingüística

Se é possível enxergar resultados positivos em relação à política educacional nacional, estamos ainda num estágio muito atrasado em termos de uma *política lingüística nacional*. A Constituição Federal e o Estatuto do Índio reconhecem, embora de maneira tímida, que o Brasil é uma nação multicultural e multilíngüe. Porém, ainda resta muito a ser feito, se pretendemos atingir os seguintes objetivos:

- 1) liberdade para criar modos de comunicação oral e escrita que não se limitem aos materiais educacionais para circulação local; e eu me refiro aqui a rádios, televisões e jornais em língua indígena, barrados em nome da chamada “soberania nacional”;

- 2) reconhecimento oficial das línguas minoritárias. Até hoje, houve apenas uma iniciativa, muito recente, a saber, a concessão de estatuto oficial aos idiomas Tukano, Baniwa e

Nheengatu no município de São Gabriel da Cachoeira (rio Negro, Amazonas). Até mesmo esse primeiro passo apresenta problemas: seleção de algumas poucas línguas e exclusão de outras, em um contexto de grande diversidade lingüística como é o Noroeste Amazônico; padronização de certas variantes de escrita; presença ativa da mídia; e falta de qualquer reflexão sobre o processo de tradução.

### **Necessidades e soluções: algumas idéias à guisa de conclusão**

O apoio a pesquisas, que resultem na documentação lingüística por meio de compilações de léxicos e de coleção, registro e análise de diferentes gêneros e tradições orais, pode ser considerado como condição *sine qua non* para a reversão, seguramente apenas parcial, do quadro descrito e comentado neste artigo. Devemos, hoje, incluir o treinamento de lingüistas indígenas, garantindo-lhes a possibilidade de estudar, documentar e arquivar materiais de suas próprias línguas. Há necessidade de suporte financeiro para a compra de equipamento adequado para trabalho de campo e para publicação, e também para suprir as demandas das comunidades indígenas desejosas de realizar algum tipo de registro de sua cultura.

Em segundo lugar, há uma necessidade urgente de que sejam criados centros de pesquisa regionais e locais, tendo em vista a vastidão territorial do Brasil, sua enorme diversidade étnica, lingüística e social, bem como as experiências históricas diversas, no que tange principalmente às relações entre populações indígenas, não indígenas e o Estado.

Um terceiro ponto diz respeito à recuperação de arquivos de áudio, documentos visuais e escritos existentes em diversas instituições brasileiras, bem como sua organização e publicação.

Finalmente, é necessário apoiar projetos voltados ao revigoramento de línguas que ainda são faladas por um contingente muito pequeno de pessoas, em geral, da geração mais velha, assim como é necessário dar apoio às iniciativas de grupos que já perderam sua língua original, mas que vêm tentando, de maneira muitas vezes dramática, recuperar sua identidade específica. Não podemos esquecer, entretanto, que o suporte mais efetivo do ponto de vista estratégico é aquele que se destina a empreendimentos de documentação participativa, associado a um tipo de intervenção positiva, cujo objetivo é o fortalecimento e a manutenção de línguas aparentemente “saudáveis” ou “a salvo”, mas que já dão sinais de uma crise que poderá, caso nada façamos, resultar muito rapidamente em perdas lingüísticas e culturais irreversíveis.